



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FRANCISCA THAYNÁ ALVES DOS SANTOS

**Análise acerca da saúde mental dos profissionais de segurança pública e
a importância da atuação do psicólogo junto à classe policial**

FRANCISCA THAYNÁ ALVES DOS SANTOS

Análise acerca da saúde mental dos profissionais de segurança pública e a importância da atuação do psicólogo junto à classe policial

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

FRANCISCA THAYNÁ ALVES DOS SANTOS

Análise acerca da saúde mental dos profissionais de segurança pública e a importância da atuação do psicólogo junto à classe policial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 28/06/2023

BANCA
EXAMINADORA

Me. Maria Aparecida
Trindade Pereira

Esp. Larissa Vasconcelos
Rodrigues

Me. Joel Lima Junior

ANÁLISE ACERCA DA SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JUNTO À CLASSE POLICIAL

Francisca Thayná Alves dos Santos¹
Maria Aparecida Trindade Pereira²

RESUMO

O estudo explora a importância da intervenção psicológica precoce como forma de prevenir o agravamento dos problemas de saúde mental. Ao fornecer um ambiente seguro e confidencial para expressão de emoções e vivências traumáticas, o psicólogo auxilia os profissionais de segurança pública a lidar de maneira saudável com o estresse inerente à profissão. Estratégias de enfrentamento, como técnicas de relaxamento, resiliência e comunicação assertiva, são desenvolvidas e ensinadas pelos psicólogos para fortalecer a saúde mental dos policiais. A pesquisa destaca ainda a importância do suporte psicológico na melhoria do ambiente de trabalho nas instituições de segurança pública. A presente pesquisa foi produzida através da metodologia bibliográfica e documental. Pode-se concluir que a presença do psicólogo oferece suporte emocional, prevenção de transtornos e promoção do bem-estar, fortalecendo a saúde mental dos policiais e contribuindo para a eficiência e eficácia da segurança pública como um todo.

Palavras-chave: Intervenção Psicológica. Policial Militar. Segurança Pública. Saúde Mental.

ABSTRACT

The study explores the importance of early psychological intervention as a way to prevent the worsening of mental health problems. By providing a safe and confidential environment for the expression of emotions and traumatic experiences, psychologists help public safety professionals cope in a healthy way with the stress inherent to their profession. Coping strategies such as relaxation techniques, resilience and assertive communication are developed and taught by psychologists to strengthen the mental health of police officers. The research also highlights the importance of psychological support in improving the work environment in public security institutions. The present research was produced through bibliographic and documental methodology. It can be concluded that the presence of the psychologist offers emotional support, prevention of disorders and promotion of well-being, strengthening the mental health of the policemen and contributing to the efficiency and effectiveness of public security as a whole.

Keywords: Psychological Intervention. Military Police. Public Security. Mental Health.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: thaynaalvesds@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: mariaaparecida@leaosampaio.edu.com

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental é uma das principais preocupações no mundo atual, e não é diferente quando se trata de profissionais de segurança pública. Esses indivíduos são expostos a situações de alto estresse, perigo e violência diariamente, o que pode afetar significativamente a sua saúde mental.

Os profissionais de segurança pública, como policiais, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais, enfrentam riscos e tensões constantes em seu trabalho, o que pode levar a problemas de saúde mental. Muitos deles são expostos a cenas traumáticas, como acidentes graves, crimes violentos, conflitos armados e desastres naturais, que podem desencadear transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental.

De acordo com pesquisas, a taxa de suicídio entre os profissionais de segurança pública é maior do que em outras profissões. A exposição a situações de violência, o estresse crônico e a falta de apoio emocional adequado podem contribuir para esses números alarmantes. É essencial que esses profissionais recebam apoio psicológico e emocional para prevenir a ocorrência desses problemas (OLIVEIRA, 2020).

O suicídio está entre as principais causas de morte de policiais no mundo, e os estudos sobre esse fenômeno ocorrem, em sua grande maioria, em países desenvolvidos, existindo poucos dados sobre o Brasil. De acordo com a revisão de literatura das evidências disponíveis na literatura internacional foi possível observar já de início que a interação de cinco fatores principais associados ao policiamento aumentam o risco do suicídio em policiais: estresse organizacional, traumas de incidentes críticos, trabalho por turnos, problemas de relacionamento e uso e abuso de álcool (GOMES DAR, 2018; CHAE, 2013). No Brasil, o número de policiais que tira a própria vida é maior que o dos que morrem em serviço. Segundo o relatório anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em outubro de 2020, só em 2019, 65 policiais militares e 26 civis cometeram suicídio. Naquele mesmo ano, o número de PMs mortos em serviço foi de 56 e o de policiais civis, 16. O número de policiais mortos fora de serviço foram 101 (PUTTI, 2021).

A atuação do psicólogo junto à classe policial é crucial para ajudar esses profissionais a lidarem com os desafios do seu trabalho e manter uma boa saúde mental. A terapia psicológica pode ajudar a reduzir os sintomas de ansiedade, depressão e TEPT, além de melhorar a capacidade de enfrentar situações estressantes no trabalho.

A saúde mental dos agentes de segurança pública do país, é algo importante e do interesse de toda a sociedade, uma vez que, se aqueles que protegem a sociedade não estiverem bem fisicamente e psicologicamente, não há como se falar em efetivação da segurança pública por meio desses agentes, uma vez que eles mesmos estão sendo alvo de descaso.

Nesse sentido, a participação dos profissionais da psicologia deve ser vista como uma parte integrante de uma abordagem mais ampla, que envolva ações voltadas para a melhoria das condições de trabalho, a promoção da qualidade de vida e a redução dos fatores de risco relacionados ao trabalho na área da segurança pública (MARTINS, 2019).

Diante de todo o exposto, o trabalho se debruça a debater e analisar sobre a saúde mental dos agentes de segurança pública do país, enfatizando o altíssimo número de suicídios cometidos pela classe, através da compreensão da institucionalização policial, e da análise da literatura existente e de dados recentes sobre a saúde mental dos agentes de segurança pública, buscando trazer as possíveis atuações do psicólogo junto à classe policial.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo do tipo pesquisa bibliográfica e documental, de renomados teóricos, objetivando analisar as principais características e fatores implicados na análise da saúde mental dos profissionais de segurança pública.

A revisão da literatura é uma das mais amplas abordagens metodológicas. É permitido com a revisão uma compreensão completa do fenômeno analisado, além de auxiliar ao investigador uma gama de conhecimentos de forma muito mais ampla se comparada aquela pesquisada de forma diretamente (GIL, 2017).

Foram utilizadas as plataformas de pesquisa: SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO, sendo utilizados os seguintes descritores: *Saúde mental*; *Saúde mental dos agentes de segurança*; *Transtornos psicológicos*; *Atuação do psicólogo*. Os artigos que foram empregados para o trabalho não sofreram interferência de data na escolha.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português e inglês, pesquisas na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e publicações e indexados nos referidos bancos de dados.

A análise do conteúdo seguiu os passos da revisão temática, ordenação do material, classificação e análise. A observação final dos dados enfatizou principalmente o encontro da especificidade do objeto com a diversidade de pensamentos dos autores, que estavam representadas nas minúcias dos fragmentos dos textos bibliográficos pesquisados, todos esses

dados foram capazes de serem analisados baseado em fichamentos com identificação de obras, autores, análises críticas, e citações (MARCONI; LAKATOS, 2021).

3 O POLICIAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Diante do tema, é importante fazer algumas prévias observações. Enquanto instituição, a Polícia Militar (PM) do Brasil tem uma estrutura burocrática, com raízes no século XIX, cuja lógica sofreu reconfigurações no período dos governos militares. Mesmo com essas mudanças, o princípio de atuação se manteve, com o impedimento de qualquer ideia de contestação social de grupos legais (ou ilegais) contrários ao poder vigente na época.

Para se entender a atividade policial-militar, é necessário considerar que as instituições policiais-militares integram uma subcultura específica e se organizam a partir de dois princípios próprios às forças armadas, vistos como pilares fundamentais dessas instituições: a hierarquia e a disciplina militar.

Apesar de se organizar e adotar preceitos militares, as atribuições diárias dos integrantes dessas instituições são eminentemente civis, tais como: a realização do policiamento ostensivo de prevenção criminal, de segurança de trânsito urbano, além das atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública e a defesa civil. Não só suas atividades são eminentemente civis como também envolvem o contato frequente com a sociedade civil, em condições e situações muitas vezes complexas. Estudiosos do tema como Goldstein (2003) que escreveu, em 1930, acerca da relação polícia e sociedade, indicam o alto percentual de tempo gasto pelos policiais tratando, não de questões relativas à criminalidade, mas de questões pessoais ou interpessoais. Essa característica da atividade, segundo esse autor, exige que o policial seja capaz de fazer uso apropriado de autoridade e de agir sob estresse. (GOLDSTEIN, 2003).

Essas organizações se caracterizam por uma ambivalência entre o exercício da coerção física legítima e o desempenho de funções de bem-estar social e de relacionamento com as comunidades (AMADOR, 2002, p. 55 apud TAVARES DOS FERREIRA, 2022.), o que dá a essa profissão um perfil peculiar.

Mirabete (1998) e Guimarães (1999) apontam que a atividade militar não se resume ao serviço diário, a função implica em constante estado de alerta, mesmo quando o profissional está em momento de descanso. A profissão do policial requer que este indivíduo atue no confronto contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos.

Silva e Leite (2007) chamam atenção para o fato de que, muitas vezes, os policiais são tidos pela população como violentos e imprevisíveis. Muitos cidadãos, sobretudo aqueles que vivem em áreas periféricas e violentas ou em contextos de favelas, não confiam no policial, pois julgam que os mesmos apresentam conduta discriminatória e, por vezes, duvidosa diante da comunidade.

Desse modo, a figura do policial fica prejudicada, especialmente quando se considera que diversos policiais demonstram uma conduta profissional respaldada na ética e na responsabilidade de seus atos. Observa-se que o policial militar deve distinguir o bem do mal, não podendo desprezar o elemento ético de sua conduta. Ele terá que decidir entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto e também entre o honesto e o desonesto (CHAE e BOYLE, 2013).

Mas a atual conjuntura social, pela qual passa a sociedade brasileira, diferencia-se daquela de tempos idos. Hoje, a PM não tem como prioridade acompanhar ou coibir esses grupos, uma vez que existe uma realidade cadenciada pelo aumento da violência difusa na sociedade e da criminalidade. Além disso, as sociedades contemporâneas se caracterizam por um descompasso crescente em relação às políticas públicas de cunho social e de infraestrutura.

Ao se deparar com essa situação, os estudiosos da área de segurança pública chegam a questionar a eficiência da organização do trabalho que a PM brasileira emprega. Nesse contexto, a percepção de insegurança pública torna-se visível e preocupante, para não dizer assustadora, nas grandes cidades.

Sendo assim os policiais são responsáveis pela manutenção da ordem pública, pela prevenção e investigação de crimes, e pela proteção da vida e propriedade dos cidadãos. Eles trabalham em estreita colaboração com outras agências de aplicação da lei, como bombeiros, equipes de emergência médica e equipes de resgate, para garantir a segurança das comunidades em que atuam (SOUZA, 2019).

Ser policial é uma profissão que requer uma grande dose de coragem, resistência e dedicação. Os policiais trabalham em condições difíceis e perigosas, enfrentando diariamente situações estressantes e potencialmente violentas. Eles precisam estar preparados para lidar com uma ampla gama de incidentes, desde acidentes de trânsito e crimes menores até incidentes graves como sequestros, atentados terroristas e tiroteios em massa.

A cultura organizacional também pode ter um impacto significativo na saúde mental dos policiais. A cultura organizacional pode ser definida como as crenças, valores e práticas de uma organização. Se a cultura organizacional enfatiza a força física e a resistência emocional, os policiais podem sentir-se pressionados a suprimir suas emoções e não buscar ajuda quando

precisam. Isso pode levar a uma cultura de silêncio e estigma em relação à saúde mental, o que pode afetar negativamente a saúde dos policiais (FIGUEIRA, 2003).

Os policiais são profissionais que desempenham uma ampla gama de atividades em sua função de manter a ordem pública, prevenir e investigar crimes, e proteger a vida e propriedade dos cidadãos (SOUZA, 2022). Uma das principais atividades desempenhadas pelos policiais é o patrulhamento, onde eles realizam patrulhas nas ruas, em veículos e a pé, para monitorar atividades suspeitas e manter a ordem pública (SOUZA, 2019).

Além disso, os policiais são responsáveis pela investigação de crimes, coletando evidências, entrevistando testemunhas e identificando suspeitos (RODRIGUES, 2020). Eles também protegem a propriedade e as pessoas, respondendo a chamados de emergência e investigando crimes (CARVALHO, 2019).

Os policiais também trabalham em conjunto com outras agências de aplicação da lei, como bombeiros e equipes de emergência médica, para lidar com situações de emergência, como desastres naturais e incidentes terroristas (FERREIRA, 2020). Eles são treinados para atuar em diferentes cenários e saber lidar com cada tipo de situação.

Outra atividade desempenhada pelos policiais é o gerenciamento de tráfego. Eles ajudam a gerenciar o fluxo de tráfego em áreas movimentadas e controlar os sinais de trânsito para garantir a segurança dos motoristas e pedestres (OLIVEIRA, 2020).

Apesar de ser uma profissão importante e necessária para a sociedade, os policiais enfrentam muitos desafios (LIMA, 2018). Eles precisam lidar com situações de alto estresse, muitas vezes envolvendo riscos à vida, e isso pode ter um impacto significativo em sua saúde mental (SOUZA, 2022).

Os policiais enfrentam situações graves, como latrocínios, estupros, assassinatos infantis e outras que podem ser traumatizantes (FERREIRA, 2020). Esses eventos podem afetar sua saúde psicológica, causando estresse, ansiedade e até depressão (CRUZ, 2021). Os policiais também enfrentam o risco de violência no trabalho e de sofrer lesões físicas (SOUZA, 2020).

Além disso, o trabalho dos policiais pode ser muito desgastante emocionalmente. Eles lidam com situações difíceis, como a morte de colegas de trabalho, e podem sentir-se isolados e com falta de suporte emocional (RODRIGUES, 2021). A pressão e a carga de trabalho também podem ser muito altas, o que pode levar ao esgotamento profissional (SOUZA, 2022).

Para ajudar os policiais a lidar com esses desafios, muitas organizações de aplicação da lei agora oferecem programas de apoio psicológico para seus funcionários (CARVALHO, 2019). Esses programas fornecem serviços de aconselhamento e terapia para ajudar os policiais a lidar com o estresse e a ansiedade, bem como outras questões de saúde mental.

Além de lidar com situações de risco em tempo real, os policiais também precisam estar preparados para lidar com a pressão e as responsabilidades de um ambiente de trabalho altamente regulamentado. Eles precisam ser capazes de tomar decisões rápidas e precisas em situações complexas, enquanto cumprem os procedimentos e políticas estabelecidos pelas agências de aplicação da lei.

A profissão policial exige que os policiais sejam altamente treinados e qualificados. Eles precisam passar por uma ampla gama de treinamentos, desde treinamento em armas e táticas de defesa pessoal até treinamento em técnicas de investigação e entrevista. Os policiais também precisam passar por treinamento contínuo ao longo de suas carreiras para manter suas habilidades e conhecimentos atualizados.

Esses profissionais possuem uma enorme responsabilidade em suas mãos, e, as suas atitudes profissionais precisam ser muito bem executadas, pois, podem causar graves problemas de ordem social. Sobre isso, é de grande importância uma análise a respeito do funcionamento básico das instituições dos profissionais da segurança pública, e, que podemos elencar aqui em 3 condições básicas de preparação na formação desses agentes, são elas: conhecimento de amplo estudo teórico sobre aspectos de sua profissão como legislações e Direito, treinamento físico adequado ao pertencimento de sua categoria profissional, e, conhecimento prático e operacional para capacitar o profissional desde condutas e procedimentos padronizados até o manuseio dos materiais respectivos as suas funções de trabalho.

No entanto, a profissão policial também pode ter um impacto negativo na saúde mental dos policiais. Como mencionado anteriormente, os policiais enfrentam diariamente situações estressantes e potencialmente traumáticas que podem levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e TEPT. Além disso, o ambiente de trabalho altamente competitivo e pressionado pode levar a sentimentos de isolamento e falta de suporte emocional.

Para lidar com esses desafios, os policiais precisam de um alto nível de suporte e assistência em saúde mental. Isso pode incluir acesso a programas de prevenção e intervenção em saúde mental, treinamento em habilidades de gerenciamento de estresse e assistência emocional e psicológica por parte de psicólogos e outros profissionais de saúde mental.

3.1 A PROFISSÃO DO POLICIAL

O trabalho do policial é um dos mais exigentes e estressantes que existem (ILO, 2009). Os policiais enfrentam situações complexas e desafiadoras, que muitas vezes envolvem a

violência, o crime e a morte. Esses eventos podem causar um grande impacto na saúde mental dos profissionais de segurança pública (APA, 2013).

Os casos mais graves que os policiais podem enfrentar são latrocínios, estupros e assassinatos infantis. Essas situações são particularmente difíceis para os policiais, que muitas vezes têm que lidar com famílias angustiadas e com a intensa pressão da mídia (CARLIER et al., 1998). Esses eventos podem ter um impacto significativo na saúde mental dos policiais, causando sintomas como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (BRESLAU et al., 1998).

O policial também pode sofrer com a violência urbana, que é uma das principais causas de estresse para os profissionais de segurança pública. A violência urbana pode incluir assaltos, roubos, sequestros e tiroteios, que podem resultar em ferimentos físicos ou psicológicos (SCHWARZ, 2015). Esses eventos podem deixar cicatrizes emocionais nos policiais, causando sintomas de ansiedade e TEPT (GOLDING et al., 2017).

Também pode haver sofrimento para o policial por conta de pressão do trabalho e as demandas do cotidiano. O estresse relacionado ao trabalho pode ser causado por fatores como longas horas de trabalho, sobrecarga de tarefas e falta de recursos. Essas situações podem levar à exaustão emocional, que é um tipo de estresse crônico que pode afetar negativamente a saúde mental do policial, além disso, os policiais também enfrentam a possibilidade de sofrer ameaças e ataques de criminosos. Esses eventos podem resultar em lesões físicas ou psicológicas, e podem afetar a segurança e a confiança dos policiais em sua capacidade de realizar o trabalho com eficácia (CRUZ, 2021).

Os policiais também podem sofrer com o estigma associado à sua profissão. Muitas vezes, os policiais são vistos como agressivos, brutais e corruptos. Esse estigma pode ter um impacto significativo na autoestima e na saúde mental dos policiais, levando a problemas como ansiedade e depressão. Os policiais também enfrentam o desafio de lidar com a morte. Eles podem ter que lidar com mortes por suicídio, acidentes de trânsito, desastres naturais e homicídios. Essas situações podem ser particularmente difíceis para os policiais, que muitas vezes têm que lidar com a dor e o luto das famílias afetadas (CRUZ, 2021). Esse tipo de exposição pode levar os policiais a desenvolver sintomas de estresse e ansiedade, além de outras condições de saúde mental.

A falta de suporte emocional e psicológico também pode afetar a saúde mental dos policiais. Os policiais muitas vezes trabalham em um ambiente altamente competitivo e podem sentir-se isolados e sem apoio emocional (FIGUEIRA, 2003).

Devido à escassez de recursos e o baixo salário também podem afetar a saúde mental dos policiais. Os policiais muitas vezes enfrentam condições de trabalho difíceis e perigosas, mas muitas vezes não têm acesso a recursos adequados, como equipamentos de proteção pessoal, treinamento e assistência psicológica. O baixo salário também pode levar à falta de acesso a cuidados de saúde adequados, o que pode afetar a saúde mental dos policiais (FIGUEIRA, 2003).

Os policiais desempenham um papel importante na manutenção da ordem pública e proteção dos cidadãos. No entanto, sua profissão envolve muitos desafios e riscos à saúde mental e física. É essencial que as organizações de aplicação da lei ofereçam suporte aos seus funcionários, incluindo programas de apoio psicológico e incentivo ao autocuidado. Além disso, a atuação do psicólogo é fundamental para ajudar os policiais a lidar com os desafios e traumas associados ao seu trabalho. Com apoio e cuidado adequados, os policiais podem continuar a desempenhar sua função de forma eficaz e segura para si e para a sociedade.

4 A SAÚDE MENTAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA/ POLICIAIS MILITARES

A atuação dos profissionais de segurança pública é de extrema importância para a manutenção da ordem e da segurança da população (MENDES, 2014). No entanto, esses profissionais estão expostos diariamente a situações de risco, violência e estresse, o que pode levar a problemas de saúde mental. A saúde mental desses profissionais é um tema que tem sido cada vez mais discutido, uma vez que a alta incidência de transtornos mentais pode afetar não só o bem-estar dos profissionais, mas também a qualidade do serviço prestado (PEREIRA, 2020).

Os profissionais de segurança pública estão sujeitos a diversas formas de violência e riscos, como a exposição a armas de fogo, situações de conflito, acidentes e mortes (SOUZA, 2022). Esses fatores podem gerar consequências como ansiedade, estresse pós-traumático, depressão e síndrome de burnout, dentre outras doenças. Além disso, a cultura organizacional que permeia as instituições de segurança pública pode dificultar o acesso a cuidados de saúde mental, já que muitos profissionais podem ser vistos como "fracos" ou "não preparados" para lidar com a pressão do trabalho (FIGUEIRA, 2003).

Sabe-se que suicídio é um ato extremo, que vem crescendo no decorrer dos anos. Em várias faixas etárias e pelos mais variados motivos, muitas pessoas acabam cometendo esse ato, na intenção de aliviar alguma dor. Hoje é considerado um problema de saúde pública. Todos os

anos cerca de 840 mil pessoas tiram a própria vida. Dentre os agentes de segurança pública, as taxas de suicídio também são altas (PEREIRA, 2020).

O Brasil ocupa a oitava posição no ranking de países da América em número de suicídios, com uma taxa de 4,5 casos de autoextermínio a cada 100 mil habitantes. Santa Catarina, por exemplo, é um dos estados do país com os maiores coeficientes nacionais: 7 casos a cada 100 mil habitantes (WHO, 2014; SEHNEM, 2014).

A saúde mental é imprescindível para qualquer ser humano que queira ter uma vida harmoniosa, contudo, para uma boa qualidade de vida psicológica é necessário um conjunto de elementos que variam desde o histórico de vida a partir da infância, como, tipo de visão do mundo, ciclo social, acontecimentos marcantes, convivência profissional diária, entre outros.

É evidente que essas condições de vida são muito particulares de cada indivíduo e principalmente muito subjetivas, pois, podem acontecer outros fatores ligados as formas de conduta humana que não necessariamente em cenários desfavoráveis acarretarão em problemas psíquicos (FILOCRE, 1998).

Deste modo, é importante esclarecer de modo direto que podem haver situações onde as questões adversas na vida do ponto de vista mental não culminarão em problemas de cunho psicológico, porém, é notório que na maioria das vezes esses problemas vêm diretamente dessas questões sociais, e assim, é preciso que haja um esforço comunitário para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que principalmente possuem elementos tendenciosos a exaustão mental.

O eixo central do ser humano é a mente, e dela pode-se estabelecer todos os outros tipos de qualidade e desenvolvimento humano, seja na questão dos atributos físicos, profissionais, espirituais, intelectuais, e de habilidades em geral. Como foi dito, os cenários de vida que se apresentam ao ser humano são grandes influenciadores na sua mentalidade, e nesse sentido, podemos diferenciar dois tipos de ordens sociais que são: aquelas situações onde o indivíduo não possui nenhum meio de interferência como, por exemplo, ficar órfão dos pais desde o nascimento, ou, aquelas situações que necessitam de algum tipo de ação humana específica como por exemplo a escolha por profissões que contenham grandes níveis de pressão mental e pouco reconhecimento social ou financeiro como a profissão de policial militar (GOMES DAR, 2018).

Com isso, é possível averiguar que o ser humano é suscetível a seu meio, da mesma forma que ele também pode influenciar o seu meio a partir das suas decisões individuais, e assim, em tese pode-se afirmar que uma pessoa com boa saúde mental, estará mais propensa a tomar decisões melhores nas situações que a vida apresenta, ou seja, isso é imprescindível para

que em situações profissionais conflituosas e de extrema carga emocional, a boa qualidade mental faça com que possamos ter melhores profissionais de segurança pública e mais qualificados sob o ponto de vista psicológico, para que os mesmos possam exercerem os seus trabalhos da forma mais eficiente possível e principalmente preservando a sua saúde mental que será o elo de maior utilidade para o cumprimento profissional aliado a qualidade de vida do ser humano (MORAES, et al, 2000).

Os profissionais da segurança pública exercem funções sob altos níveis de pressão psicológica, stress, responsabilidade social, representação pública, entre outras. Nesse sentido, dentro das corporações institucionais de segurança temos agentes de diferentes classificações e atribuições como: polícia civil, polícia militar, polícia federal, polícia rodoviária federal, guarda municipal, corpo de bombeiros militares, exército, marinha, aeronáutica e etc. (MOSCI, 1994).

Dentre essas diversas carreiras ligadas à segurança pública brasileira, observa-se enormes diferenças que vão desde a formação preparatória dos agentes até o cotidiano profissional de cumprimento das suas respectivas funções e, portanto, tenderão a possuírem diferentes tipos de problemas psicológicos.

De qualquer modo é indispensável a garantia de um acompanhamento psicológico abrangente para esses profissionais, independentemente de qual a função, pois, um agente de segurança pública representa de forma objetiva o Estado Brasileiro na sua obrigatoriedade básica de estabelecer e garantir a lei e a ordem com base na Constituição Federal do Brasil (MUNIZ, 1999).

Os trabalhos designados pelos profissionais da segurança pública, são considerados altamente desgastantes para a mente humana. Estar na linha de frente da segurança pública é colocar-se em risco todos os dias. Servir e proteger a população tem seu preço na saúde física e mental dos profissionais das forças de segurança.

Neste sentido, é preciso observar que as taxas de violência são crescentes e não existe um botão de liga/desliga para o policial que vivencia o enfrentamento à criminalidade nas ruas. Voltar para casa no fim do dia como se nada tivesse acontecido não é uma opção. Existem muitas consequências para aqueles que protegem a população.

Ao discutir os dados fornecidos pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério de Saúde (SIM/MS), no período entre 1979 e 2003, Peres (2006) afirma que em 1979 foram registrados 11.194 óbitos por homicídio. Em 2003, esse número disparou para 51.043, com um aumento equivalente a 356% entre um registro e outro. O número absoluto de 758.293 pessoas assassinadas, a maioria entre 15 e 39 anos, demonstra o crescimento bem expressivo de homicídios no Brasil.

Segundo Espirito Santo e Meireles (2003), somente na década de 1990, os homicídios cresceram 29%, sendo que entre os jovens esses dados aumentaram para 48%. Com 3% da população mundial, o Brasil concentra 9% dos homicídios cometidos no planeta. Outros elementos também compõem essa atmosfera de insegurança, tais como roubos, furtos, sequestros longos e sequestros-relâmpago.

A verdade é que o policial, e os agentes de segurança pública em geral, na atualidade não possuem o amparo psicológico necessário para exercer sua função da melhor maneira. Pessoas comuns, podem desenvolver transtornos psicológicos por vários motivos, e o policial, apesar de possuir um status social diferente, também é um ser humano, passível de traumas.

4.1 PRINCIPAIS TRANSTORNOS QUE ACOMETEM OS AGENTES DE SEGURANÇA

Conviver diariamente com a mais pura e degenerada parcela da sociedade, não se trata de uma tarefa fácil, e como já mencionado, os agentes de segurança pública, buscam sempre manter uma aparência de fortaleza inabalável, quando na verdade não é assim. Os traumas muitas vezes se aglomeram, e acabam por explodir em algum momento da vida.

Neste sentido, é indiscutível a necessidade da intervenção psicológica, mesmo em agentes que não consideram precisar dessa intervenção. E nesta situação, se faz importante analisar, quais são os principais e mais recorrentes transtornos psicológicos, que acometem os agentes de segurança pública.

Nas duas últimas décadas, o vínculo entre trabalho e condições psicológicas dos trabalhadores é um assunto que tem se tornado visível nas pesquisas acadêmicas, embora ainda com algumas dificuldades para definir o nexo entre ambos (BATISTA, 2002).

No Brasil, há contribuições específicas sobre a prevalência de transtornos mentais em diferentes ocupações, cujas consequências, nos planos pessoal, profissional, familiar e social, reiteram a necessidade de identificação precoce dos processos de adoecimento psicológico para orientar intervenções individuais e coletivas (CAMPOS e CRUZ, 2007; CASTRO e CRUZ, 2015; FORTES, VILLANO, e LOPES, 2008; LIMA, BLANK, e MENEGON, 2015). Os transtornos mentais integram um dos aspectos da saúde mental, definidos como quadros clínicos patológicos que revelam variações mórbidas do estado mental, comprometendo o funcionamento pessoal de forma contínua ou recorrente. São síndromes individuais caracterizadas por distúrbios significativos na cognição, regulação emocional ou no comportamento (ASSUNÇÃO, 2002).

Diferentes quadros de transtornos mentais têm sido qualificados como motivadores de afastamento do trabalho por meio de Licenças para Tratamento de Saúde (LTS) e de benefícios previdenciários. A presença de diagnósticos em categorias profissionais indica a necessidade de maior atenção às suas condições laborais na medida em que os agravos à saúde relacionados à ocupação funcional incapacitam parcial ou totalmente os trabalhadores, restringindo sua autonomia e capacidade produtiva (CRUZ, 2009).

Estudos internacionais demonstram que pessoas abandonam seus empregos em decorrência de problemas de saúde mental (BATISTA, 2002). Além disso, nos afastamentos do trabalho por problemas musculoesqueléticos, os transtornos mentais são responsáveis por uma importante parte dos problemas orgânicos apresentados nesses quadros diagnósticos (CRUZ, 2009).

Os profissionais de segurança pública são expostos a uma série de fatores de risco relacionados ao ambiente de trabalho, que podem contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais. Dentre os principais transtornos que acometem esses profissionais, destacam-se o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), o transtorno depressivo e o transtorno de ansiedade (CARVALHO, 2019).

O TEPT é um transtorno que pode ocorrer após a exposição a eventos traumáticos, como violência, morte, acidentes e desastres naturais. Os profissionais de segurança pública estão sujeitos a esses tipos de eventos em sua rotina de trabalho, o que pode contribuir para o desenvolvimento do TEPT (MENDES, 2017).

Um dos transtornos mais comuns entre os profissionais de segurança é o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que se caracteriza por sintomas como ansiedade, insônia, irritabilidade e flashbacks, resultantes de experiências traumáticas vivenciadas no trabalho (AMARAL, 2018). Essas experiências podem incluir desde confrontos armados até situações de violência e abuso.

Além do TEPT, outros transtornos que acometem com frequência os profissionais de segurança são a Depressão e o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), que podem surgir como resultado da exposição constante a situações de risco e violência, da pressão emocional e do estresse crônico (FERREIRA, 2020). Esses transtornos podem ter um impacto significativo na qualidade de vida e na capacidade dos profissionais de desempenhar suas funções com eficácia.

O transtorno de ansiedade é caracterizado por sintomas como medo intenso, preocupação excessiva, sudorese, taquicardia e tensão muscular. A exposição a situações de risco e conflito pode contribuir para o desenvolvimento desse transtorno entre os profissionais

de segurança pública, que muitas vezes precisam lidar com situações de alta tensão e pressão emocional em sua rotina de trabalho (PEREIRA, 2020).

O transtorno depressivo, por sua vez, é caracterizado por sintomas como tristeza persistente, perda de interesse em atividades antes prazerosas, alterações no apetite e no sono, e pensamentos recorrentes de morte ou suicídio. A rotina de trabalho estressante e a exposição a situações de violência e conflito podem contribuir para o desenvolvimento desse transtorno entre os profissionais de segurança pública (LIMA, 2021).

Além desses transtornos, os profissionais de segurança pública também estão sujeitos a outros problemas de saúde mental, como o abuso de substâncias psicoativas e o suicídio. O abuso de substâncias psicoativas pode ocorrer como uma forma de lidar com o estresse e a pressão do trabalho, mas pode levar a problemas de saúde física e mental, além de comprometer a efetividade do trabalho (SIQUEIRA, 2018).

O Abuso de Substâncias, como álcool e drogas, que pode surgir como forma de lidar com o estresse e a pressão do trabalho na área da segurança pública. Essa estratégia de enfrentamento pode ser muito perigosa e prejudicar ainda mais a saúde mental e física dos profissionais, além de colocar em risco a própria segurança e a de terceiros (SOUZA, 2019).

O suicídio também é um problema de saúde mental relevante entre os profissionais de segurança pública, que muitas vezes enfrentam condições de trabalho estressantes e desgastantes. O estigma em relação aos transtornos mentais e a falta de suporte adequado para lidar com esses problemas podem contribuir para o aumento do risco de suicídio entre os profissionais de segurança pública (MARTINS, 2019)

Os profissionais de segurança pública enfrentam uma série de desafios e situações que podem afetar negativamente sua saúde mental, sendo esses efeitos ainda mais pronunciados em momentos de crise ou instabilidade social. Nesse contexto, é importante destacar os principais transtornos que acometem os agentes de segurança, com o objetivo de compreender a complexidade da situação e desenvolver estratégias eficazes para lidar com esses problemas.

Adicionalmente, transtornos como o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) e o Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) também podem ser encontrados entre os profissionais de segurança, geralmente como resultado de fatores de risco associados à atividade profissional, tais como a exposição constante à violência e à criminalidade (FONSECA, 2017).

Vale destacar que a prevalência desses transtornos pode variar de acordo com o tipo de profissional e o contexto de trabalho, sendo que policiais militares, por exemplo, apresentam uma maior incidência de transtornos mentais em comparação com outras categorias de

profissionais da segurança pública (OLIVEIRA, 2020). Isso se deve, em parte, às peculiaridades da profissão e ao fato de que esses profissionais muitas vezes trabalham em condições precárias e sem o suporte adequado.

Por fim, é importante destacar que os transtornos mentais não são uma fraqueza ou um sinal de falta de capacidade, mas sim uma reação natural a situações estressantes e traumáticas. Assim, é fundamental que os profissionais de segurança tenham acesso a serviços de saúde mental de qualidade e que sejam desenvolvidas políticas públicas que contemplem a promoção da saúde mental desses trabalhadores

5 ATUAÇÃO DO PSICOLOGO JUNTO À CLASSE POLICIAL

A atuação do psicólogo na saúde do trabalhador tem se mostrado fundamental na promoção do bem-estar e na prevenção de problemas relacionados ao ambiente de trabalho. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), o profissional dessa área desempenha um papel essencial na identificação e tratamento de questões psicológicas decorrentes do contexto laboral.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2019), o psicólogo tem a capacidade de avaliar e intervir nas demandas emocionais dos trabalhadores, contribuindo para a redução do estresse e do adoecimento psíquico. Essa atuação pode abranger desde a identificação de situações de assédio moral e violência no trabalho até o suporte psicológico em momentos de transição ou reestruturação organizacional.

Ainda segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), o psicólogo também desempenha um papel importante na prevenção de acidentes de trabalho e na promoção da segurança no ambiente laboral. Por meio de avaliações psicológicas, é possível identificar fatores que possam comprometer a saúde mental e a capacidade produtiva dos colaboradores, além de desenvolver estratégias de prevenção e intervenção.

Além disso, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2019), o psicólogo atua na promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores. Por meio do desenvolvimento de programas de qualidade de vida e de gestão do estresse, o profissional busca promover um ambiente de trabalho saudável, que contribua para a satisfação e o desempenho dos colaboradores.

Por fim, o Conselho Federal de Psicologia (2019) destaca a importância do psicólogo na promoção da saúde mental no contexto do trabalho. Através de intervenções individuais ou em grupo, esse profissional auxilia os trabalhadores a lidarem com demandas psicológicas

específicas da vida profissional, como a pressão por resultados, conflitos interpessoais e sobrecarga de tarefas.

O acompanhamento psicológico é extremamente importante para policiais, e dentro deste contexto laboral, tendo em vista as complexidades e os desafios envolvidos no trabalho policial. Além disso, esses profissionais estão expostos a situações de alto estresse e risco de vida, o que pode levar a problemas de saúde mental se não forem adequadamente gerenciados. Neste texto, serão apresentados oito parágrafos que discorrem sobre a importância do acompanhamento psicológico para policiais.

Segundo Lerner e Vinet (2015), os policiais enfrentam um grande número de desafios psicológicos em seu trabalho diário, incluindo a exposição a situações traumáticas, a pressão para resolver casos rapidamente e a necessidade de tomar decisões difíceis em um curto período de tempo. O acompanhamento psicológico pode ajudar a minimizar esses impactos e fornecer aos policiais as ferramentas necessárias para lidar com essas situações de maneira mais eficaz.

Outro ponto importante a ser considerado é que os policiais são frequentemente expostos a altos níveis de estresse, que podem levar a distúrbios psicológicos, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Segundo Nock et al. (2014), o acompanhamento psicológico pode ajudar a prevenir ou tratar esses transtornos, permitindo que os policiais continuem a desempenhar seu trabalho de maneira eficaz.

A atuação do psicólogo é essencial para a saúde mental dos policiais. Os psicólogos podem fornecer treinamento e educação para os policiais sobre como lidar com o estresse e os traumas associados ao seu trabalho (FIGUEIRA, 2003). Eles também podem fornecer serviços de aconselhamento e terapia individual para ajudar os policiais a lidar com problemas de saúde mental.

Além disso, o acompanhamento psicológico pode ajudar a promover a resiliência em policiais. Conforme destacado por Fletcher et al. (2018), a resiliência é a capacidade de lidar com o estresse e superar adversidades. Os policiais que participam de sessões de acompanhamento psicológico podem desenvolver essa capacidade, permitindo que enfrentem situações difíceis de maneira mais eficaz.

Outro aspecto importante é que o acompanhamento psicológico pode ajudar a melhorar a qualidade de vida dos policiais. Conforme destacado por Marmar et al. (2014), o estresse associado ao trabalho policial pode afetar negativamente o bem-estar dos policiais. No entanto, o acompanhamento psicológico pode ajudar a reduzir o estresse e melhorar a qualidade de vida dos profissionais.

Além disso, o acompanhamento psicológico pode ajudar a identificar problemas de saúde mental em policiais que, de outra forma, poderiam passar despercebidos. De acordo com Houdmont e Leka (2010), muitos policiais não procuram ajuda para problemas de saúde mental por medo de estigma ou retaliação. No entanto, o acompanhamento psicológico pode fornecer um ambiente seguro e confidencial para os policiais discutirem esses problemas.

Outro aspecto importante é que o acompanhamento psicológico pode ajudar a prevenir o suicídio em policiais. Conforme destacado por Bryan et al. (2017), os policiais têm uma taxa de suicídio mais alta do que a população em geral. O acompanhamento psicológico pode ajudar a identificar os fatores de risco para o suicídio e fornecer intervenções eficazes para preveni-lo.

Os psicólogos também podem trabalhar com as organizações de aplicação da lei para desenvolver políticas e programas que ajudem a proteger a saúde mental dos policiais (FIGUEIRA, 2003). Eles podem ajudar a desenvolver programas de prevenção de lesões e estresse, bem como políticas que incentivem os policiais a cuidar de si mesmos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento psicológico dos profissionais da segurança pública brasileira desempenha um papel fundamental na manutenção da saúde mental desses indivíduos que estão expostos a situações de alta pressão e estresse diariamente. A natureza do trabalho desses profissionais, que lidam com crimes, violência e riscos constantes, pode causar um impacto significativo em sua saúde emocional e psicológica. Portanto, o suporte psicológico é essencial para garantir o bem-estar e o desempenho eficaz desses profissionais.

Em primeiro lugar, o acompanhamento psicológico oferece uma oportunidade para que os profissionais da segurança pública possam expressar suas emoções, compartilhar suas experiências e lidar com o trauma que possam ter vivenciado. Esses profissionais são frequentemente expostos a situações traumáticas, como acidentes graves, violência e morte. O suporte psicológico ajuda a processar esses eventos, prevenindo o desenvolvimento de transtornos mentais, como o estresse pós-traumático.

Além disso, o psicólogo pode desempenhar um papel importante na prevenção de problemas de saúde mental em profissionais de segurança pública. O acompanhamento psicológico regular pode ajudar a identificar sinais precoces de problemas de saúde mental e fornecer intervenções precoces para prevenir a ocorrência de problemas mais graves.

O acompanhamento psicológico promove a prevenção do esgotamento profissional, também conhecido como síndrome de burnout. Os profissionais da segurança pública estão sujeitos a longas jornadas de trabalho, tensão constante e demandas emocionais intensas. O apoio psicológico pode ajudá-los a desenvolver estratégias de enfrentamento eficazes, reduzindo o risco de exaustão física e emocional. Isso resulta em uma melhor qualidade de vida e no desempenho efetivo de suas funções.

O mesmo pode contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho nas instituições de segurança pública. Ao fornecer um espaço seguro para os profissionais expressarem suas preocupações e desafios, a terapia promove o diálogo aberto e a comunicação saudável. Isso fortalece o espírito de equipe, a cooperação e a resolução de conflitos, melhorando assim a eficiência e a eficácia das operações policiais.

Outro aspecto importante é que o acompanhamento psicológico pode auxiliar na identificação precoce de problemas de saúde mental e no encaminhamento para tratamentos especializados, quando necessário. Os psicólogos são treinados para reconhecer os sinais de transtornos mentais e oferecer o suporte adequado. Dessa forma, é possível evitar que problemas emocionais e psicológicos se agravem, contribuindo para a redução do absenteísmo e do afastamento do trabalho por motivos de saúde mental.

É importante destacar que o acompanhamento psicológico dos profissionais da segurança pública também pode contribuir para a melhoria da imagem da instituição perante a sociedade. O cuidado com a saúde mental dos profissionais demonstra que a instituição valoriza o bem-estar de seus membros e está comprometida em promover um ambiente de trabalho saudável. Isso fortalece a confiança e a credibilidade da população, além de atrair indivíduos qualificados para ingressar nessas carreiras.

Os profissionais de segurança pública também precisam de um ambiente de trabalho saudável e seguro para manter a sua saúde mental. A promoção de políticas que incentivem o apoio emocional e o acesso a serviços de saúde mental é fundamental para prevenir a ocorrência de problemas de saúde mental nessa classe profissional.

Além disso, a educação e a conscientização sobre saúde mental podem ajudar a diminuir o estigma em torno dos problemas de saúde mental entre os profissionais de segurança pública. A promoção de uma cultura de apoio emocional e a busca de ajuda profissional pode ajudar a prevenir problemas de saúde mental e melhorar a qualidade de vida desses profissionais.

A atenção à saúde mental dos profissionais de segurança pública também é fundamental para a segurança da população em geral. Profissionais que lidam com o estresse e a violência diariamente podem estar mais propensos a erros de julgamento e ações impulsivas. A atenção

à saúde mental desses profissionais pode ajudar a prevenir erros de julgamento e ações impulsivas, aumentando a segurança da população em geral.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. Síndrome de Burnout em policiais militares. **Disponível em:** file:///E:/PSICOLOGIA%20ADOECIMENTO/Conex%C3%A3o%20Ci%C3%AAncia%20-%20S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20em%20policiais%20militares%20-%20JornalExpress%20-%20 www.jex.com.br.html . Acesso em: 18 jan. 2023.
- AMADOR, F, S. Violência policial: verso e reverso do sofrimento. **Santa Cruz do Sul: EDUNISC**, 2002.
- AMARAL, T, B, S, S. Transtorno de estresse pós-traumático em policiais militares: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 22, n. 2, p. 167-174, 2018.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). Diagnostic and statistical manual of mental disorders (5th ed.). Arlington, VA: **American Psychiatric Publishing**, 2013.
- ASSUNÇÃO, A, A. Saúde mental e trabalho: uma leitura crítica. In: MENDES, R. (Org.). **Patologia do trabalho**. São Paulo: Atheneu, 2002. p. 207-218.
- ASSUNÇÃO, A, A; LIMA, F, P, A. A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade no trabalho. In: MENDES, R. **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu, 2002.
- BATISTA, M, A. Trabalho de saúde mental: as defesas contra a doença mental frente às organizações patogênicas de trabalho. Plano de trabalho. UFMG. FAFICH. **Mestrado em Psicologia**. Área de concentração: Psicologia Social. Belo Horizonte: abril de 2002.
- BATISTA, M, H. A saúde mental no trabalho: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: **Editora Atlas**, 2002.
- BRESLAU, N. Epidemiologic studies of trauma, posttraumatic stress disorder, and other psychiatric disorders. **Canadian Journal of Psychiatry**, v. 43, n. 9, p. 923-929, 1998.
- BRYAN, C, J. et al. Comparing crisis response planning with crisis response planning plus safety planning for suicidal individuals at the emergency department: **A randomized clinical trial**. **JAMA Psychiatry**, v. 74, n. 9, p. 894-900, 2017.
- CAMPOS, J, A, D, B; CRUZ, R, M, S. A saúde mental e o trabalho: estudo com profissionais de enfermagem. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 109-118, jan./mar. 2007.
- CARLIER, I, V. Occupational stress in the Dutch police force: A brief overview. **International Journal of Law and Psychiatry**, v. 21, n. 4, p. 329-345, 1998.

CARVALHO, R, S. Transtornos de ansiedade em profissionais de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-136, 2019.

CASTRO, L, L, F; CRUZ, R, M, S. A Saúde mental no trabalho: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 40, n. 132, p. 68-80, jul./dez. 2015.

CASTRO, M, D. Trabalho do Policial Civil e Afastamento por Transtornos Mentais.

Monografia, Florianópolis: UFSC, 2016. **Disponível**

em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/169073/342015.pdf?seq=ue nce=1&isAllowed=y> Acesso em: 11 maio. 2023.

CAVAGNOLLI, R. A saúde mental dos profissionais de segurança pública. **Disponível em:** <https://jus.com.br/amp/artigos/95533/a-saude-mental-dos-profissionais-da-seguranca-publica>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

CHAE, M, H; Boyle J, D. Police suicide: prevalence, risk, and protective factors. *Policing*. **Disponível em:** <http://dx.doi.org/10.1108c/13639511311302498>. Acesso em 05 de março de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, (CFP 2019). Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação da(o) psicóloga(o) [recurso eletrônico] / **Conselho Federal de Psicologia**. — 2. ed. — Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO, (CRP 2022). Saúde mental dos policiais em pauta. **Disponível em:** <https://crpsc.org.br/noticias/saude-mental-dos-policiais-em-pauta>. Acesso em 11 de setembro de 2022.

CRUZ, D. A saúde mental dos policiais de Minas Gerais. **Filosofia profissionais de segurança pública não faz quarentena**. Disponível em content/uploads/2021/10/Ed_76_Multiplas_vozes_A_saude_mental_dos_profissionais_de_seguranca_publica_nao_faz_quarentena.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

CRUZ, R, M, S, A. Transtornos mentais e trabalho: um estudo sobre a frequência de concessões de licença para tratamento de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2717-2728, dez. 2009.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Oboré, 1988.

ESPIRITO SANTO, M. J. R.; MEIRELES, A. C. C. **O mapa da violência no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2003.

FERREIRA, A, S. Transtornos mentais e qualidade de vida em policiais militares do Estado de Goiás. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - **Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, 2020.

FERREIRA, C, A, S et al, Transtornos psicológicos em policiais militares e civis no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 42, n. 3, p. 70-81, 2020.

FIGUEIRA, I. MENDLOWICZB, M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. Rio de Janeiro: Fac. Med. Univ. Fed. do Rio de Janeiro (UFRJ). **Rev. Bras. Psiquiatr.** 2003, v 25:12-6. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v25s1/a04v25s1> Acesso em: 18 maio 2023.

FILOCRE, L, A. A Justiça Militar e a PMMG. In SOUZA, 2022D. P. de. Velha guarda - novos tempos. Belo Horizonte: 1998.

FLETCHER, D et al. Building psychological resilience in military personnel: **A review of relevant theory and research.** *Military Psychology*, v. 30, n. 3, p. 264-281, 2018.

FONSECA, E. P. Transtornos mentais entre agentes de segurança pública: um estudo exploratório. **Revista de Psicologia e Ciências do Comportamento**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 66-81, 2017.

FONSECA, R, L et al. Transtornos mentais e qualidade de vida em policiais militares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 4, p. 833-839, 2017.

FORTES, R, C; VILLANO, L A; LOPES, C, S. Saúde mental dos trabalhadores de enfermagem em um hospital universitário. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 664-671, ago. 2008.

GIL, A, C. Metodologia de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GISCHEWSKI, V, R. O abuso do álcool entre policiais-militares: um estudo de caso. **Monografia (Especialização em Psicologia do Trabalho)**. 2004. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2004.

GOLDING, S, L. et al. Mental health and work in Canada: An introduction. *International Journal of Mental Health and Addiction*, v. 15, n. 4, p. 554-558, 2017.

GOLDSTEIN, H. Policiando uma Sociedade Livre. Tradução de Marcello Rollemberg. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2003.

GOMES D, A, R; ARAÚJO, R, M, F; GOMES, M, S. Incidence of suicide among military police officers in South Brazil - An 11year retrospective cohort study. *Compr Psychiatry*. 2018. **Disponível em:** <http://dx.doi.org/10.1016/j.comppsy.2018.06.006>. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

HOUDMONT, J; LEKA, S. Coping in policing: A critical review of the literature. **Occupational Medicine**, v. 60, n. 1, p. 4-10, 2010.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO 2009). Mental health in the workplace: **Protecting and promoting the mental health and well-being of workers.** Geneva: ILO, 2009.

LAKATOS, E, M; MARCONI, M, A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LERNER, J; VINET, E. Psychological follow-up for police officers. *International Journal of Emergency Mental Health and Human Resilience*, v. 17, n. 2, p. 464-466, 2015.

LESSA, D. Efeitos da violência na saúde dos agentes de segurança pública incluem insônia, sensação de urgência e depressão. **Disponível em:** <https://portal.fiocruz.br/noticia/efeitos-da-violencia-na-saude-dos-agentes-de-seguranca-publica-incluem-insonia-sensacao-de>. Acesso em 06 de março de 2023.

LIMA, A, B. A saúde mental do agente de segurança pública. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - **Universidade Federal de São Paulo**, São Paulo.

LIMA, E, P, S; BLANK, V, L, G; MENEGON, V, M. Exposição a riscos ocupacionais e saúde mental dos trabalhadores: estudo comparativo entre hospitais universitários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 81-95, jan. 2015.

LIMA, J, R, A, S. Prevalência de transtorno depressivo maior entre bombeiros militares do estado de Pernambuco. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - **Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2021.

MARMAR, C, R et al. A randomized controlled trial of integrative EMDR psychotherapy for posttraumatic stress disorder in early responders: A study protocol. *BMC Psychiatry*, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2014.

MARTINS, R, A. Suicídio entre policiais militares: estudo de caso-controle. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
MEIRELES, A. Entendendo a nossa insegurança. Belo Horizonte: **Instituto Brasileiro de Policiologia**, 2003.

MENDES, E, O. A Saúde Psicossocial na Segurança Pública Brasileira. Monografia – Rio de Janeiro: **Escola Superior de Guerra**, 2013. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Monografias/2013/MENDESE.pdf> .Acesso em: 11 maio 2023.

MENDES, K, D, S. Prevalência de transtorno de estresse pós-traumático em profissionais de segurança pública. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MIRABETE, J, F, C. Polícia Militar: Aspectos Jurídicos Penais. São Paulo: Atlas, 1998.

MIRANDA, D. (Org.). Por que Policiais se Matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016. Disponível em: <http://gepesp.org/wpcontent/uploads/2016/03/POR-QUE-POLICIAIS-SE-MATAM.pdf> Acesso em: 15 abril 2023.

MORAES, L, F, R; MARQUES A, L; PORTES, P,C,P. Diagnóstico de qualidade de vida e estresse no trabalho da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG. **Departamento de Ciências Administrativas**, CEPED, NEACO. 2000.

MOSCI, A, S et al. Estudo exploratório do sofrimento mental de policiais militares do radiopatrulhamento. 1994. 33 f. **Monografia (Especialização em Medicina do Trabalho)**.

MUNIZ, J. Ser policial é sobretudo uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) - **IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro**, 1999.

NICOLAU, A, A. Ensaio sobre o sofrimento psicológico de policiais. Belo Horizonte: FGR em revista, 2009, n. 4: 45-57. **Disponível em:** <http://www.fgr.org.br/admin/artigos/200927333111941738844709031Ensaio%20sobre%20o%20sofrimento%20psicologico%20de%20policiais.pdf> . Acesso em: 11 maio 2023.

NOCK, M, K et al. Preventing suicide through connectedness. **World Psychiatry**, v. 13, n. 3, p. 296-297, 2014.

NOGUEIRA, G, E, G, **Faculdade de e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte**. Rev. Psi.: S. Mental e Segurança Pública Belo Horizonten. 4p.01-94jan./dez. 2007.

NOGUEIRA, G, E, G. Análise de tentativas de auto-extermínio entre policiais militares: um estudo em Saúde Mental e Trabalho. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)**.2022.

OLIVEIRA, J, C. Transtornos mentais em profissionais de segurança pública: uma revisão sistemática. **Revista de Psicologia Aplicada**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 93-108, 2020.

PEREIRA G, K; MADRUGA, A, B; KAWAHALA, E. Suicídios em uma organização policial- militar do sul do Brasil. Cad Saúde Colet, 2020 Ahead of Print. **Disponível em** <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562>. Acesso em 28 de março de 2023.

PEREIRA, C, M, M; BRASIL, M, F, A, T. Transtornos explosivos da personalidade. **Revista de Psicologia** - Saúde Mental e Segurança Pública. Belo Horizonte, vol. 01, p. 21-26, n. 1, Jan./Dez. de 1999.

PEREIRA, F, R. Transtornos de ansiedade em policiais militares: revisão sistemática da literatura. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 21, n. 2, p. 353-373, 2020.

PERES, M, F, T. Violência e saúde coletiva: **estudo e pesquisa epidemiológica**. São Paulo: Hucitec, 2006.

POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG 2003). Programa de acompanhamento das causas de afastamento por motivos de saúde. **Gerência Regional de Saúde em Belo Horizonte**. Diretoria de Saúde. 2003.

PUTTI, J. Workplace mental health: Strategies for promoting psychological well-being among security professionals. 2021. **Monografia (Especialização em Psicologia)** - Universidade de Brasília, Brasília.

RODRIGUES, F. Impacto da atividade profissional na saúde mental dos agentes de segurança pública. 2021. **Artigo (Graduação em Psicologia)** - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTOS, F, B et al. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares, disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/H96LNxsR5T6TpspRQGnc8gN/?format=pdf&lang=pt>. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Brasil, 2023.

SARTORI, L, F et al. Burnout em Policiais: a Relação entre o Trabalho e o Sofrimento. Rio de Janeiro: XXXII Encontro da ANPAD, 2008. **Disponível**

em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-B906.pdf> Acesso em: 22 fevereiro 2023.

SCHWAZ, M. Mental health in law enforcement professionals: Risk factors and interventions. **Current Opinion in Psychology**, v. 2, p. 81-85, 2015.

SEHNEM, S, B; PALOSQUI, V. Características epidemiológicas do suicídio no estado de Santa Catarina. **Fractal: Revista de Psicologia**. 2014;26(2):366-378.

SILVA, J, A; LEITE, A, A. Policiais: Entre a violência e o cotidiano. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 83-101, 2007.

SIQUEIRA, M, M, S. Suicídio entre policiais militares: estudo de caso-controle. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - **Universidade Federal de Juiz de Fora**, 2018.

SOUZA, F, A, M et al. Abuso de substâncias psicoativas entre policiais civis e militares: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 13, n. 2, p. 284-303, 2019.

SOUZA, G. Saúde mental no contexto da segurança pública: um estudo de caso. 2021. **Monografia (Especialização em Psicologia)** - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, G. Transtornos mentais entre agentes de segurança pública: uma revisão sistemática. 2022. **Artigo (Mestrado em Psicologia)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VARELLA, D. Doenças e sintomas – TAG: transtorno da ansiedade generalizada. 2016. **Disponível em:** <https://drauziovarella.com.br/letras/a/tagtranstorno-da-ansiedade-generalizada/> Acesso em: 22 maio 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO 2014). **World Health Statistics 2014: a wealth of information on global public health**. Genebra: WHO; 2014.